

Gênero e Desenvolvimento: Desafios para a Integração e Atualização do Cairo¹

José Eustáquio Diniz Alves²
George Martine³

Resumo⁴

A evolução entre população e desenvolvimento não é neutra em relação a homens e mulheres. Os dados da América Latina e Caribe (ALC) mostram grandes transformações sociais e de gênero. Houve uma grande migração rural-urbana e as mulheres são maioria nas cidades. Houve uma transição epidemiológica, com ganhos na esperança de vida ao nascer para ambos os sexos, mas com as mulheres ampliando a vantagem em relação aos homens. Houve também redução das taxas de fecundidade. Vivendo mais e tendo menos filhos, as mulheres avançaram na educação e no mercado de trabalho. No primeiro caso, houve uma reversão do hiato de gênero e as mulheres já superam os homens em todos os níveis educacionais. No segundo caso, houve uma redução das desigualdades, mas as mulheres ainda sofrem com a segregação ocupacional e a discriminação salarial. Os índices de pobreza e indigência têm diminuído, mas as desigualdades de gênero permanecem, ainda que menores. As conquistas sociais na ALC têm se refletido em maiores níveis de participação feminina nos espaços de poder. Uma agenda para atualização da CIPD do Cairo deveria considerar este cenário favorável e estabelecer metas mais avançadas para lidar com as novas e as velhas desigualdades de gênero.

¹ Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

² Professor titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE

³ Consultor

⁴ Este trabalho foi realizado em parceria que se deu no contexto de uma consultoria financiada pelo UNFPA/LACRO. As informações, análises e opiniões são da responsabilidade exclusiva dos autores.

Gênero e desenvolvimento: desafios para a integração e atualização do Cairo

“El grado de emancipación de la mujer en una sociedad es el barómetro general por el que se mide la emancipación general”

Charles Fourier (1772-1837)

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é avaliar e atualizar os dados e o debate sobre as questões de gênero e desenvolvimento, tal como estabelecido no Plano de Ação (PoA) da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), ocorrida na cidade do Cairo, em 1994. Decorridos mais de 16 anos desta importante Conferência - que foi um marco na discussão sobre População e Desenvolvimento – é preciso avaliar os conceitos adotados, as políticas implementadas, o estágio de desenvolvimento e a situação das relações de gênero na América Latina e o Caribe.

Algumas perguntas e questões que pretendemos tratar no texto:

- 1) Os conceitos utilizados e as políticas recomendadas na CIPD do Cairo ainda são válidos na sua integralidade ou precisam ser atualizados?
- 2) Quais foram os avanços ocorridos no processo de integração entre as relações de gênero e o desenvolvimento?
- 3) Quais são os principais pontos para uma possível atualização do PoA da CIPD do Cairo?

O texto está estruturado da seguinte forma. Primeiro apresenta os principais conceitos do capítulo IV da CIPD. Em seguida avalia os dados para a América Latina e o Caribe - dando alguns destaques para a situação do Brasil, que é o maior país da região - abordando: a) o crescimento da população; b) a evolução da razão de sexo; c) a sobremortalidade masculina de adultos jovens e os diferenciais da esperança de vida; d) a reversão do hiato de gênero na educação; e) a permanência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho; f) políticas de emprego e a economia do cuidado e g) o empoderamento das mulheres na política.

Por fim, apresenta as considerações finais com uma discussão sobre as necessidades de atualização do Plano de Ação da CIPD do Cairo, visando subsidiar as discussões do Pós-Cairo, ou seja, o que fazer depois de se completar os 20 anos de Plano da CIPD.

A ALC é considerada a região mais desigual do mundo. Existem desigualdades regionais, de renda, de raça, de gênero, geração, etc. A novidade recente é que estas desigualdades estão em processo de redução. No caso das relações de gênero houve não somente redução das desigualdades, como reversão de algumas desigualdades, como no caso da educação em que as mulheres alcançaram os homens e agora ampliam a diferença em termos de anos médios de estudo e em taxas de matrícula.

No mercado de trabalho existe uma parcela de mulheres que alcançaram altas posições ocupacionais e salariais, enquanto ainda existem muitas mulheres ocupadas em atividades de baixa produtividade e em ocupações não remuneradas. Portanto, cresceram as desigualdades entre as

mulheres. Desta forma, uma atualização da CIPD do Cairo precisa levar em conta as “desigualdades reversas” de gênero e as desigualdades inter-gênero e intra-gênero.

EMPODERAMENTO DA MULHER, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO NO CAIRO:

O desenvolvimento econômico e social é um processo de transformação estrutural da economia que, quando bem sucedido, gera um aumento do valor produzido por habitante – através da elevação da produtividade do trabalho – e possibilita o avanço na educação, na saúde, nas condições de moradia e no bem estar da população. Em geral, o desenvolvimento acontece de forma concomitante à transição urbana (Martine, 2007) e à transição demográfica – redução das taxas de mortalidade e natalidade. A mudança da estrutura produtiva é acompanhada pela mudança na estrutura dos arranjos familiares e nas relações de gênero. Particularmente importante são as mudanças da situação da mulher na economia e na sociedade. As mulheres são cerca da metade da população mundial e, como já dizia Charles Fourier, há quase 200 anos, não existe emancipação social sem a emancipação da mulher.

Participar do desenvolvimento é não apenas um direito das mulheres, mas também uma condição para o próprio desenvolvimento. A contribuição feminina para a economia é cada vez mais reconhecida, mesmo nos meios empresariais, como afirmou Klaus Schwab, fundador e Chefe-executivo do World Economic Fórum, de Davos, na Suíça, que escreveu no prefácio do relatório do Global Gender Gap Index (GGGI), de 2009, o seguinte:

“É mais importante agora do que nunca que os países e as empresas prestem a atenção a um dos fundamentais pilares do crescimento econômico de que dispõem: as habilidades e os talentos dos recursos humanos do sexo feminino” (p. V).

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), ocorrida na cidade do Cairo, em 1994, deu bastante ênfase à necessidade de políticas para a promoção do empoderamento e da autonomia da mulher como forma de atingir a igualdade e a equidade entre os sexos, visando a construção de um desenvolvimento sustentável. Conforme estabelecido no capítulo IV, do Plano de Ação (PoA) da CIPD, o objetivo é alcançar a igualdade e a justiça baseadas numa harmoniosa parceria de homens e mulheres e capacitar a mulher a realizar todo o seu potencial:

“4.1. O empoderamento e a autonomia da mulher e a melhoria de seu status político, social e econômico são, em si mesmas, um fim de alta importância. Além de ser essencial à realização de um desenvolvimento sustentável. Plena participação e parceria tanto da mulher quanto do homem são necessárias à vida produtiva e reprodutiva, inclusive a partilha das responsabilidades no cuidado e alimentação dos filhos e na manutenção da família. Em todas as partes do mundo, as mulheres sofrem ameaças a sua vida, a sua saúde e a seu bem-estar em consequência de sua sobrecarga de trabalho e por carecerem de poder e de influência. Na maior parte do mundo, as mulheres recebem menos educação formal que os homens e, ao mesmo tempo, sua capacidade, saber e mecanismos de luta muitas vezes não são reconhecidos. As relações de poder que impedem a mulher de alcançar uma vida sadia e plena operam em muitos níveis da sociedade, desde os mais pessoais até os mais altamente públicos. Conseguir uma mudança requer ações de política e programas que melhorem o acesso da mulher a meios de vida seguros e a recursos econômicos, aliviem sua excessiva responsabilidade com relação aos encargos

domésticos, removam impedimentos legais a sua participação na vida pública e promovam a conscientização social por meio de eficientes programas de educação e de comunicação de massa. Ademais, a melhoria do status da mulher reforça também sua capacidade de tomar decisões em todos os níveis das esferas da vida, especialmente na área da sexualidade e da reprodução. Isto, por sua vez, é essencial para o sucesso, de longo prazo, de programas de população. A experiência demonstra que programas de população e desenvolvimento são mais eficientes quando, simultaneamente, se tomam providências para melhorar a situação da mulher”. Capítulo IV (Nações Unidas, 1994, pp 49 e 50).

O Plano de Ação da CIPD considerou que as mulheres estavam em desvantagem em todos os tipos de atividade na sociedade e que seria necessário assegurar o aumento da contribuição feminina para o desenvolvimento com seu pleno envolvimento nas seguintes áreas:

- 1) Educação;
- 2) Saúde;
- 3) Mercado de trabalho;
- 4) Participação social e política;
- 5) Legislação que apóie a equidade e combata a discriminação de gênero.

Além disto, o Plano reforça a necessidade de se garantir a melhoria do status da mulher para aumentar sua capacidade de tomar decisões na área da sexualidade e da reprodução. Além de um direito, a maior autonomia da mulher nas questões reprodutivas facilitaria o processo de regulação da fecundidade e, conseqüentemente, contribuiria para a queda das taxas de natalidade. A transição demográfica foi considerada uma condição necessária para a decolagem do desenvolvimento sustentado e sustentável.

Em relação às meninas, o Plano de Ação estabelece 3 objetivos:

- 1) Eliminar toda forma de discriminação contra a menina e as causas fundamentais da preferência por filho, o que resulta em práticas prejudiciais e antiéticas com referência ao infanticídio feminino e à seleção pré-natal do sexo;
- 2) Aumentar a conscientização pública do valor da menina e, ao mesmo tempo, fortalecer a auto-imagem, a auto-estima e o status da menina;
- 3) Melhorar o bem-estar da menina, especialmente com relação à saúde, alimentação e educação.

Em relação aos homens, o Plano de Ação considera que o sexo masculino estava em situação de vantagem na sociedade e que participava pouco da vida reprodutiva e da família, deixando os maiores encargos das atividades reprodutivas e domésticas para as mulheres. Assim estabelece: “*O objetivo é promover a igualdade dos sexos em todas as esferas da vida, inclusive a vida familiar e comunitária, e incentivar e capacitar o homem a assumir a responsabilidade de seu comportamento sexual e reprodutivo e de seus papéis na sociedade e na família*” (p.53).

Portanto, não há dúvidas de que a CIPD do Cairo foi muito clara na defesa do empoderamento e da autonomia das mulheres. O diagnóstico adotado foi que o sexo feminino estava em desvantagem em todos os aspectos da vida, em relação aos homens, e caberia ao sexo masculino uma maior participação nas atividades reprodutivas e dos afazeres domésticos no âmbito da família. Porém, os dados apresentados a seguir mostram que as mulheres já superavam os homens em várias áreas (especialmente educação e saúde) e que estas “desigualdades reversas” estão se

assentando. Uma atualização do Plano de Ação precisa abordar as desigualdades de gênero em ambas as direções, pois nem as mulheres estão piores em tudo e nem os homens estão melhores em tudo. Uma sociedade com equidade de gênero não pode se sustentar em desigualdades reversas, ou seja, desigualdades a favor das mulheres não compensam necessariamente desigualdades a favor dos homens.

Outro aspecto que merece mais atenção são as desigualdades entre as próprias mulheres. Por exemplo, mesmo que os rendimentos médios das mulheres sejam menores do que os dos homens, existe uma parcela das mulheres que ganham mais do que os seus companheiros. Existem também diferenças geracionais, sendo que algumas parcelas de mulheres jovens (25-34 anos), com curso superior, sem filhos, possuem rendimentos superiores ou semelhantes aos dos homens. Existem ainda diferenças de classe, raça e região entre as próprias mulheres, sendo que aquelas vivendo em famílias monoparentais, com filhos pequenos e no setor informal são, geralmente, as que estão em piores condições sociais. Os tipos de família e de conjugalidade afetam as relações de gênero.

Para elaborar políticas compatíveis com uma realidade, cada vez mais complexa, precisamos entender os dados e averiguar onde existem equidades e onde existem desigualdades de gênero, quer seja a favor das mulheres ou a favor dos homens. Considerando que gênero é um conceito relacional, seria preciso olhar não somente para o processo de empoderamento das mulheres, mas também para o processo de desempoderamento dos homens, já que as antigas desigualdades convivem hoje com desigualdades reversas. Na prática, a equidade de gênero tem sido a exceção. Mulheres e homens precisam ser objetos de políticas visando a uma situação de mais equilíbrio social, evitando elevados diferenciais, por sexo, nos diversos indicadores sociais.

A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NA AMÉRICA LATINA E O SUPERÁVIT DE MULHERES

Historicamente, a América Latina conviveu com altas taxas de mortalidade e natalidade e, devido ao tipo de colonização, possuía um superávit de homens na população. Esta situação mudou completamente a partir da segunda metade do século XX.

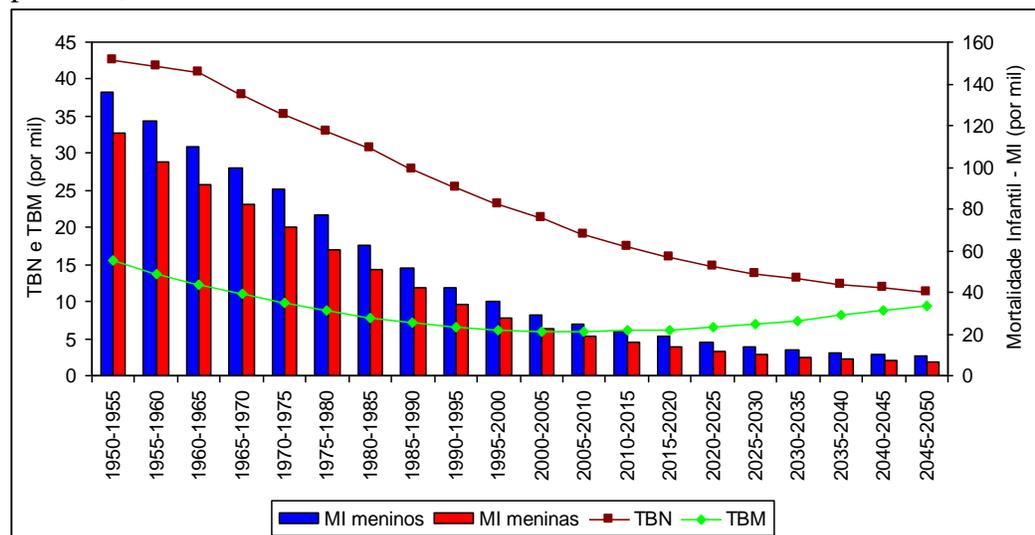
Concomitante ao processo de urbanização e industrialização, a região avançou no processo de transição demográfica, conforme mostra o gráfico 1. A taxa bruta de mortalidade (TBN) caiu durante todo o século XX e chegou ao seu nível mais baixo no quinquênio 2005-2010. A taxa bruta de natalidade permaneceu acima de 40 por mil até meados da década de 1960, iniciando um processo de declínio constante, devendo atingir o crescimento populacional zero em meados do século XXI.

Como mostraram Chackiel e Schkolnik (2004), a transição demográfica aconteceu de maneira diferenciada entre os países da região, mas, em maior ou menor medida, todos os países da América Latina e Caribe já atingiram taxas brutas de mortalidade baixas, alcançando os seus menores níveis históricos. Já a taxa de fecundidade total (TFT) da ALC, que era de cerca de 6 filhos por mulher em 1960, está chegando ao nível de reposição (2,1 filhos por mulher) no quinquênio 2010-2015 e deverá continuar caindo até algo próximo de 1,8 filho por mulher, em 2050, segundo dados da divisão de população da ONU.

Portanto, o alto crescimento demográfico que marcou o passado recente da ALC deixou de existir. A população cresceu mais de 3 vezes, em 50 anos, passando de 167,3 milhões de habitantes, em

1950, para 521,2 milhões, no ano 2000. Contudo, as projeções indicam um crescimento de apenas 40% e uma população de 729,2 milhões de habitantes, em 2050. Provavelmente haverá declínio populacional na ALC na segunda metade do século XXI. O Brasil, maior país da região, deverá apresentar taxas negativas de crescimento na década de 1930, ou no máximo no início de 1940.

Gráfico 1: Taxas Brutas de Natalidade (TBN) e Mortalidade (TBM) e Mortalidade Infantil (MI) por sexo, América Latina e Caribe: 1950-2050



Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. April 20, 2010

<http://esa.un.org/wup2009/unup>

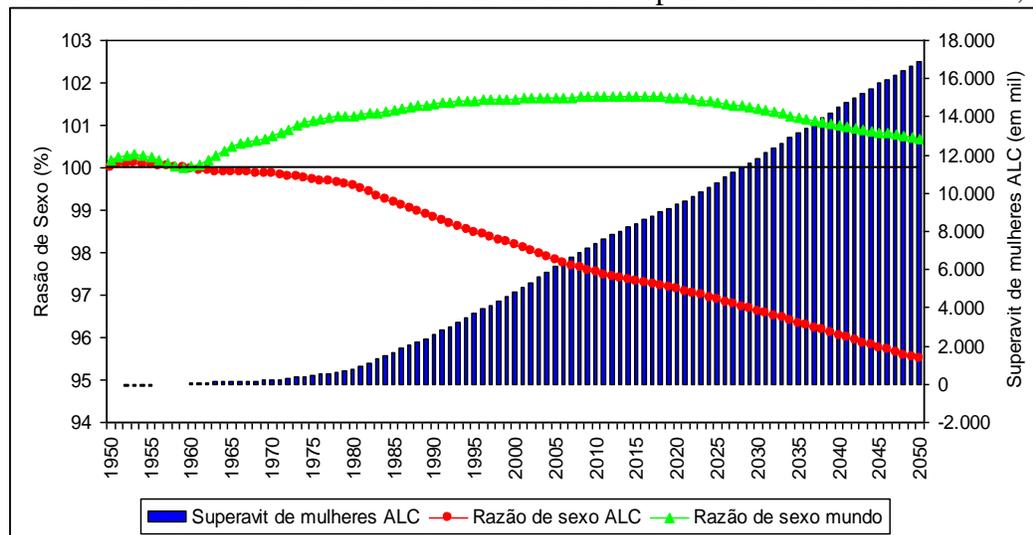
Desta forma, o chamado “fantasma malthusiano” não mais ameaça a região. A dinâmica populacional deixou de ser vista como um entrave ao desenvolvimento e a nova estrutura etária se transformou em uma janela de oportunidade, já que a razão de dependência demográfica caminha para atingir o seu nível mais baixo no quinquênio 2020-2025. As condições demográficas têm sido um estímulo ao crescimento econômico. Embora ainda existam algumas parcelas da população da ALC com alto índice de gravidez indesejada e sem acesso aos métodos contraceptivos modernos, a elevada fecundidade não é mais uma característica geral da região. Os receios implícitos do Plano de Ação da CIPD do Cairo com a possibilidade de uma explosão demográfica não se aplicam mais para a América Latina e o Caribe, no século XXI.

A melhoria das condições demográficas da ALC aconteceu conjuntamente com o avanço do status social das mulheres (como veremos mais à frente). A redução das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil são fatores que contribuem para uma maior autonomia feminina e para melhores condições de saúde das crianças. O gráfico 1 mostra que a taxa de mortalidade infantil na ALC, em 1950-55, era de 135,8 por mil para os meninos e de 116,2 por mil para as meninas. Estas taxas passaram para 24,6 por mil para meninos e 18,9 para meninas, em 2005-10. Portanto, nos últimos 60 anos, a taxa de mortalidade infantil caiu e as meninas sempre tiveram menor mortalidade do que os meninos latinoamericanos. Estes números contrastam com taxas mais elevadas de mortalidade infantil entre as meninas na China e na Índia, os dois países mais populosos do mundo. No quinquênio 2005-10 as taxas de mortalidade infantil na China eram de 18,4 por mil para os meninos e de 28,2 por mil para as meninas e, na Índia, 54 por mil para os meninos e de 55,2 por mil para as meninas.

Isto quer dizer que quando o Plano de Ação da CIPD fala sobre “*Eliminar toda forma de discriminação contra a menina e as causas fundamentais da preferência por filho, o que resulta em práticas prejudiciais e antiéticas com referência ao infanticídio feminino e à seleção pré-natal do sexo*” isto parece não se aplicar para a ALC. Certamente, existem maltratos contra as crianças e a mortalidade infantil ainda é alta na região, para ambos os sexo. Mas a ALC está muito longe de qualquer situação de “infanticídio feminino”, sendo que existe uma sobremortalidade masculina na entre crianças de zero até um ano de vida. Uma agenda de pesquisa deveria buscar compreender até que ponto esta maior mortalidade de meninos se deve a fatores biológicos ou se existem outros fatores de cunho social.

Na América Latina e Caribe, nascem cerca de 4% a 5% mais meninos do que meninas. Mas existe uma sobremortalidade masculina que já se manifesta no primeiro ano de vida. Esta sobremortalidade continua ao longo do ciclo de vida e tem se acentuado, de tal forma que a razão de sexo se torna cada vez menor na região. O gráfico 2 mostra que, até 1960, existiam mais homens do que mulheres na ALC. A partir desta data, as mulheres passaram a ser maioria na população da região. Na década de 1950 havia, em média, um superávit de 50 mil homens na ALC. Em 2010, estimasse um superávit de 7,4 milhões de mulheres, com uma projeção que deve alcançar 16,8 milhões de mulheres, em 2050. Este excesso de mulheres está concentrado nas áreas urbanas.

Gráfico 2: Razão de sexo na ALC e no mundo e superávit de mulheres na ALC, 1950-2050



Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. September 14, 2010

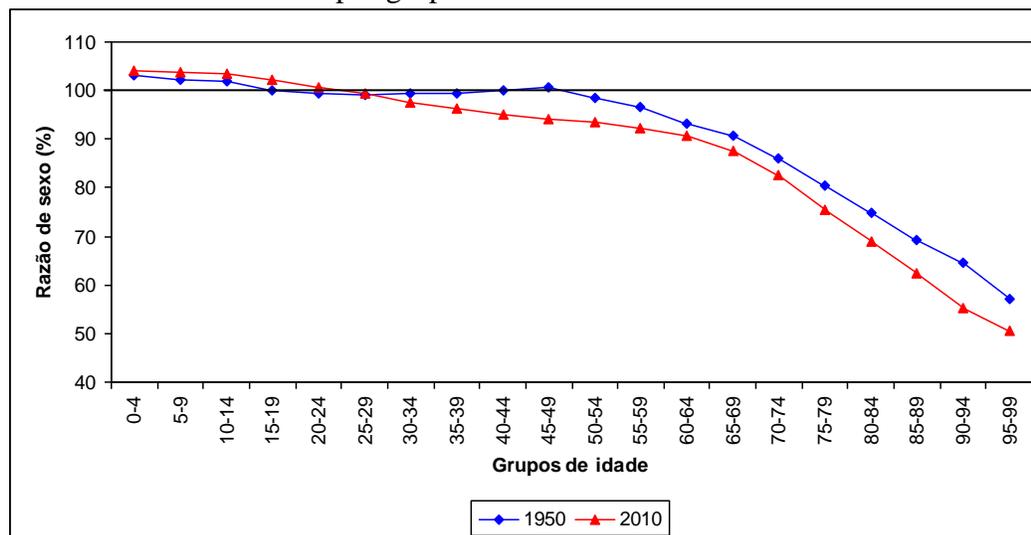
<http://esa.un.org/wup2009/unup>

Este superávit de mulheres na ALC contrasta com o superávit de homens que existe no mundo. O gráfico 2 também mostra que a razão de sexo para o mundo está sempre acima de 100 para todo o período em análise. Portanto, a América Latina possui uma razão de sexo mais próxima dos países desenvolvidos e diferente daquela dos continentes africano e, especialmente, asiático. Este superávit de mulheres tem várias implicações sociais. Por exemplo, existem indicações (como veremos mais à frente) de que este superávit de mulheres tem contribuído para o aumento da força política das mulheres na ALC, especialmente aquelas com mais de 30 anos que ganham força

relativa com o processo de envelhecimento populacional. A ALC tem se tornado a região com maior participação feminina no parlamento e tem eleito mais mulheres para à Presidência nos diferentes países.

O gráfico 3 mostra razão de sexo por grupos etários para a ALC. Em 1950, os homens eram maioria na região até a idade de 50 anos. Provavelmente, as altas taxas de mortalidade materna contribuíam para o superávit de homens. Os dados de 2010 mostram que a razão de sexo aumentou para os primeiros grupos etários, mas a diferença começa a cair rapidamente depois dos 15 anos de idade e o superávit de mulheres passa a ser crescente depois dos 25 anos. Nota-se uma grande diferença na razão de sexo entre as idades de 20 e 50 anos no período. Os dados epidemiológicos mostram que entre 1950 e 2010, na ALC, houve redução da mortalidade materna e aumento da mortes por causas externas (homicídios, agressões e acidentes de trânsito), especialmente para os homens. O resultado deste processo é o aumento do superávit de mulheres no conjunto da população da América Latina.

Gráfico 3: Razão de sexo por grupos de idade na ALC: 1950 e 2010



Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. September 14, 2010

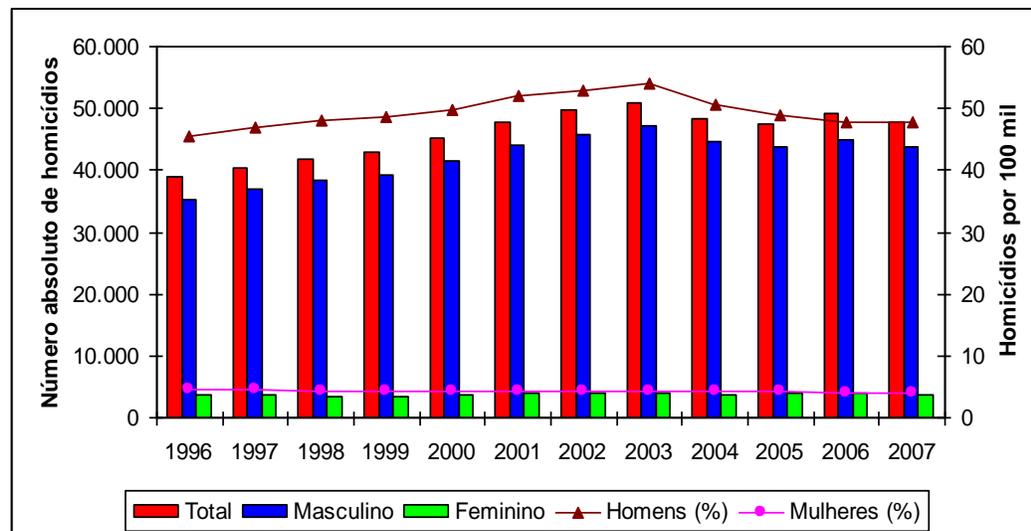
<http://esa.un.org/wup2009/unup>

O aumento da violência e das mortes por causas externas é uma epidemia que tem se alastrado na ALC nas últimas décadas, em especial, depois da crise econômica dos anos de 1980. O crescimento do crime organizado e do tráfico de drogas atinge principalmente os homens. Já o aumento da violência doméstica atinge mais as mulheres.

O gráfico 4 mostra o número e o percentual de homicídios para o Brasil entre 1996 e 2007. Nota-se que o número absoluto e relativo cresceu até o ano 2003. A partir desta data, as mortes por homicídio começaram a declinar levemente devido à campanha pública pelo desarmamento e devido à recuperação econômica com redução da pobreza. Nota-se que morreram onze vezes mais homens do que mulheres no Brasil e que este processo de masculinização dos homicídios se agravou, pois os homicídios masculinos representavam 90,5% do total, em 1996, e passaram para 92,1%, em 2007.

Esta realidade de sobremortalidade masculina não é exclusiva do Brasil. Embora países como Argentina, Chile e Uruguai possuem baixa mortalidade por causas externas outros países da ALC possuem taxas mais elevadas do que as do Brasil. Tais desigualdades não contribuem para a equidade de gênero na sociedade. Nenhum país pode ignorar o desequilíbrio de tão grande monta entre homens e mulheres na população na idade produtiva e reprodutiva, com reflexos em outras áreas sociais e demográficas. Quantas esposas ficam sem maridos e namoradas sem namorados? Quantas mães ficam sem filhos? Quantos filhos ficam sem pais? Quantos irmãos ficam sem irmãos?

Gráfico 4: Número absoluto de homicídios e taxa de mortalidade por homicídios, por 100.000 habitantes, por sexo, Brasil: 1996-2007

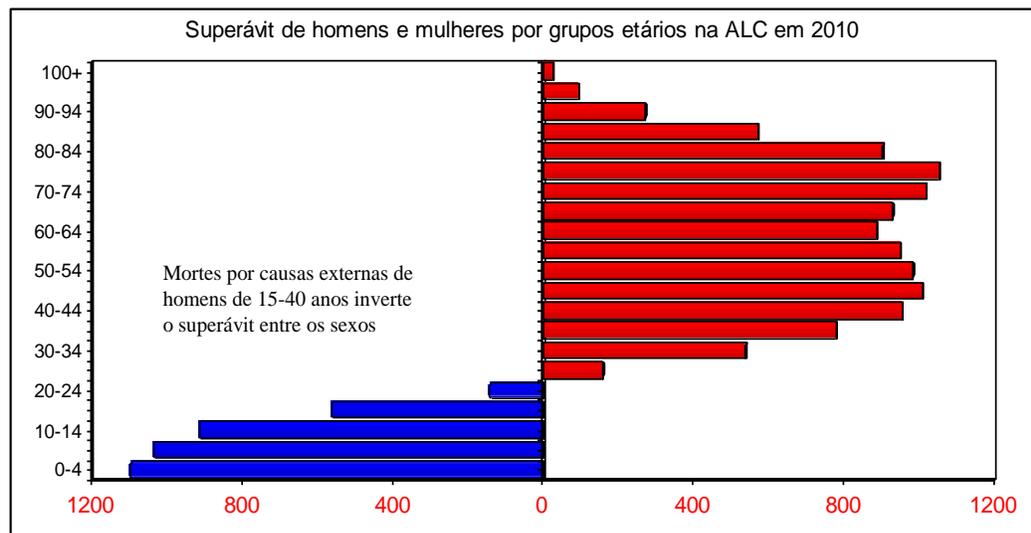


Fonte: Datatatus, Informações de Saúde. Óbitos por causas externas (X85-Y09 Agressões). Visitado em 02/09/2010

As mortes por causas externas (homicídios, acidentes de trânsito, etc.) atinge, em maior proporção, os homens jovens, nas idades entre 15 e 40 anos de idade. O gráfico 5 mostra que, na ALC no ano de 2010, no grupo etário de 0 a 4 anos existia um superávit de 1,095 milhões de homens (havendo 27,023 milhões de meninos e 25,928 milhões de meninas). Nos grupos etários de 5-9 anos e de 10-14 anos havia um superávit de homens de, respectivamente, 1,034 milhões e 912 mil. Nos dois grupos etários seguintes o superávit masculino se reduz rapidamente e no grupo etário 25-29 anos já passa a existir um superávit feminino na população. Este superávit cresce rapidamente até os 40 anos de idade. Portanto, a violência que atinge, em maior grau, os homens, inverte o superávit entre os sexos ao longo da pirâmide etária.

Mas a despeito desta sobremortalidade masculina, a transição demográfica tem sido um fenômeno muito positivo na ALC. A queda das taxas brutas de mortalidade se refletem no aumento da esperança de vida de homens e mulheres. A esperança de vida, de ambos os sexos, estava em 51,3 anos na primeira metade da década de 1950 e passou para 73,4 anos no quinquênio 2005-10. Na metade do século XX a esperança de vida da ALC representava apenas 77,7% daquela atingida pelos países desenvolvidos. Porém, na primeira década do século XXI, a esperança de vida ao nascer da ALC já chegava a 95,2% daquela dos países desenvolvidos. Desta forma, houve um processo de convergência, sendo que a ALC reduziu significativamente a diferença que existia em relação às regiões mais desenvolvidas.

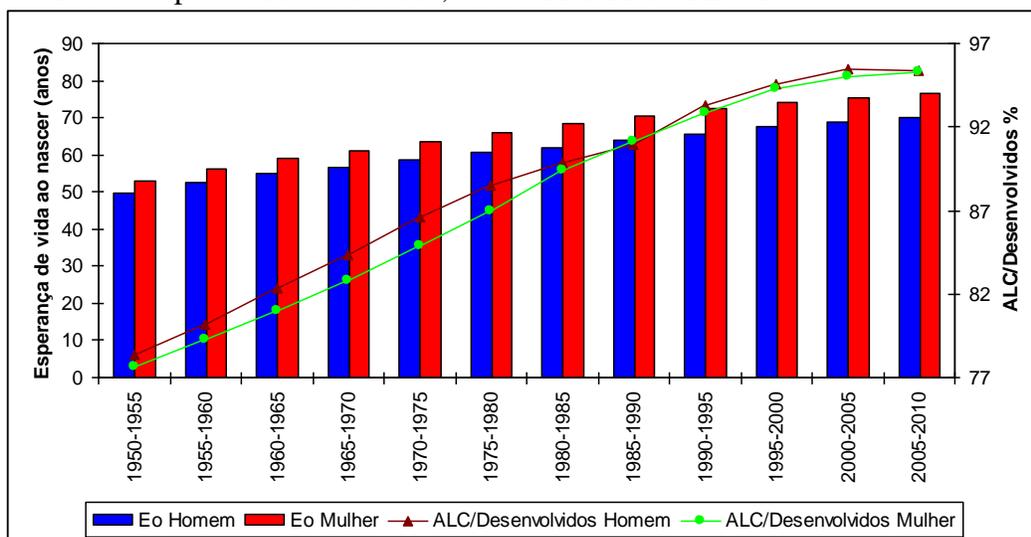
Gráfico 5: Superávit de homens e mulheres (em mil pessoas), por grupos etários quinquenais, para América Latina e Caribe (ALC), 2010



Fonte: World Population Prospects: 2008 Revision. Sep 14, 2010 <http://esa.un.org/wup2009/unup>

O gráfico 6 mostra que as diferenças de gênero aumentaram na ALC, pois a sobremortalidade masculina ao longo do ciclo de vida tem um grande impacto nos cálculos da esperança de vida. No quinquênio 1950-55, a esperança de vida ao nascer da ALC era de 49,7 anos, para os homens e de 53,1 anos, para as mulheres, representando uma diferença de 3,4 anos entre os sexos. No quinquênio 2005-10, estima-se uma esperança de vida ao nascer de 70,2 anos para os homens e de 76,7 anos para as mulheres. Diferença de 6,5 anos. Ou seja, os dados mostram que, na ALC, o hiato de gênero tem aumentado a favor das mulheres, que atingem níveis de longevidade cada vez mais elevados.

Gráfico 6: Esperança de vida ao nascer (Eo), por sexo, na ALC e diferença relativa entre a Eo da ALC e a dos países desenvolvidos, entre 1950-55 e 2005-10



Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. September 14, 2010 <http://esa.un.org/wup2009/unup>

Embora, a ALC tenha apresentado ganhos reais de sobrevivência para ambos os sexos, estes ganhos foram maiores para as mulheres e as diferenças de gênero aumentaram no período. Estes dados gerais mostram que a ALC está em processo avançado da transição demográfica, o que significa, também, que a região está passando por uma mudança na estrutura etária, com redução da razão de dependência demográfica. Existe uma janela de oportunidade na região, com a possibilidade de aproveitamento do “bônus demográfico”, caso as políticas econômicas e sociais propiciem a realização do potencial produtivo e cultural da população latinoamericana. A população não é um entrave ao desenvolvimento, ao contrário, as condições demográficas estão favorecendo o crescimento econômico e a redução da pobreza e das desigualdades.

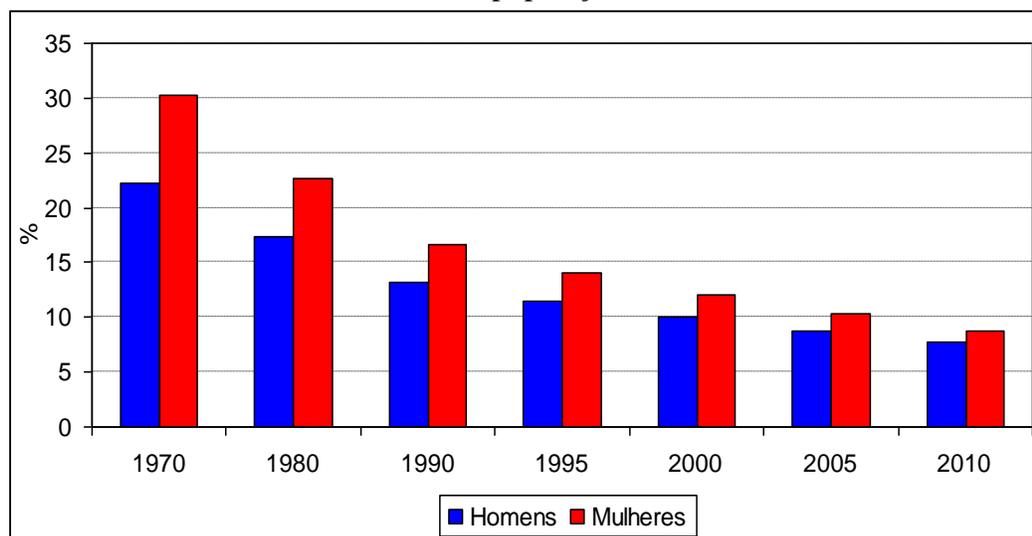
Todas estas transformações significam, ainda, que a população da ALC está em franco processo de envelhecimento. Ao mesmo tempo tem crescido o superávit de mulheres. Desta forma, a ALC está se tornando uma região feminina e envelhecida. Nas próximas décadas, em idades mais avançadas, haverá duas mulheres para cada homem. Esta nova realidade não chegou a ser tratada no PoA da CIPD do Cairo e é mais um ponto que requer atualização e a construção de políticas adequadas.

A REVERSÃO DO HIATO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO NA ALC

O Plano de Ação da CIPD do Cairo diz no capítulo IV: “*Há 130 milhões de crianças não-matriculadas na escola primária e delas 70 por cento são de meninas*”. Nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio foi definido a seguinte meta: “*Eliminar las desigualdades entre los sexos en la enseñanza primaria y secundaria, preferiblemente para 2005, y en todos los niveles de la enseñanza para el año 2015*” (Meta 3A, ODM # 3)

No passado, as mulheres não tinham acesso adequado à escola na ALC e tinham taxas de matrícula menores do que as dos homens. O processo de universalização da educação na América Latina e Caribe é recente e não está totalmente completo. Porém, nas últimas décadas houve uma reversão do hiato de gênero na educação da ALC. O gráfico 7 que mostra as taxas de analfabetismo na ALC, para a população de 15 anos e mais, por sexo.

Gráfico 7: Taxas de analfabetismo da população de 15 anos e mais, ALC: 1970-2010



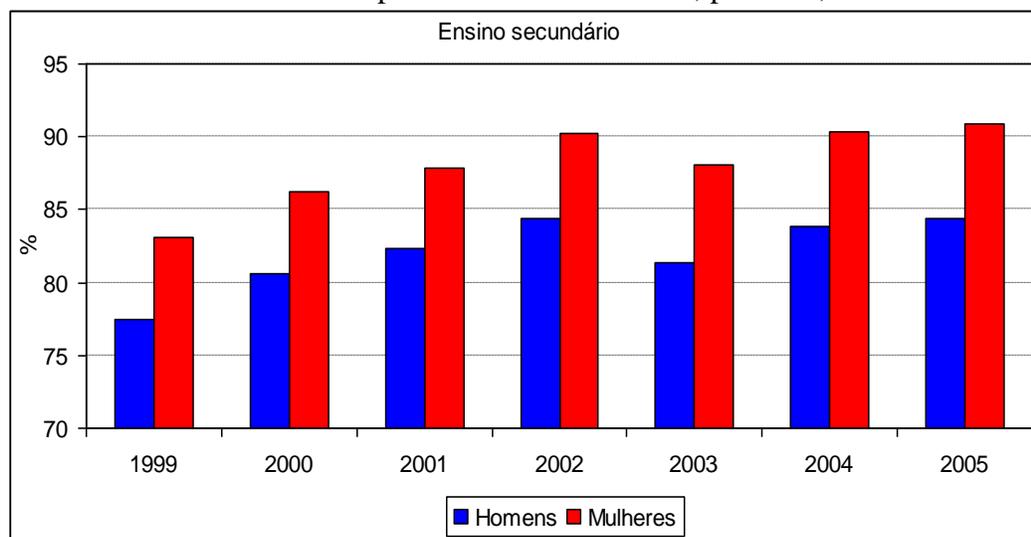
Fonte: CEPALSTAT, 2010. Bases de datos y publicaciones estadísticas. <http://www.cepal.org/oig/>

Nota-se que o analfabetismo estava acima de 25%, em 1970, o que refletia a falta de acesso à escola das gerações mais velhas. No decorrer das últimas quatro décadas as taxas de analfabetismo caíram continuamente na medida que a cobertura escolar das gerações mais novas foi se ampliando. Observa-se, também, que o analfabetismo entre as mulheres era muito mais alto do que o dos homens e esta diferença caiu, embora as mulheres (especialmente as mais idosas) continuem predominando entre a população analfabeta.

Considerando as taxas de matrículas das gerações mais novas que estão em período escolar, a situação se inverte, pois existe, aproximadamente, uma igualdade de gênero nas matrículas do ensino fundamental, mas as mulheres ultrapassaram os homens nas matrículas do ensino secundário e do ensino superior. Portanto, existe uma diferença geracional entre mulheres, com as idosas em pior situação do que a dos homens e as jovens em melhor situação. O gráfico 8 mostra a taxa de matrícula do ensino secundário para a América Latina e Caribe, no período 1999 a 2005. Nota-se que as mulheres possuem taxas mais elevadas e que a diferença a favor das mulheres se ampliou durante todo o período. Isto quer dizer que existe uma desigualdade reversa que está se ampliando na região.

Porém, esta maior taxa de matrícula das mulheres no ensino secundário pode refletir uma dificuldade das mulheres de conseguir uma inserção adequada no mercado de trabalho. Neste caso, as maiores taxas de matrículas das mulheres poderia ser uma estratégia de investimento em capital humano para adquirir maiores condições de competitividade no mercado de trabalho (Alves e Correa, 2009). Mas a continuidade desta tendência, no longo prazo, pode gerar uma situação de desigualdade entre homens e mulheres que é prejudicial para a equidade social.

Gráfico 8: Taxa de matrícula para o ensino secundário, por sexo, ALC: 1999-2005

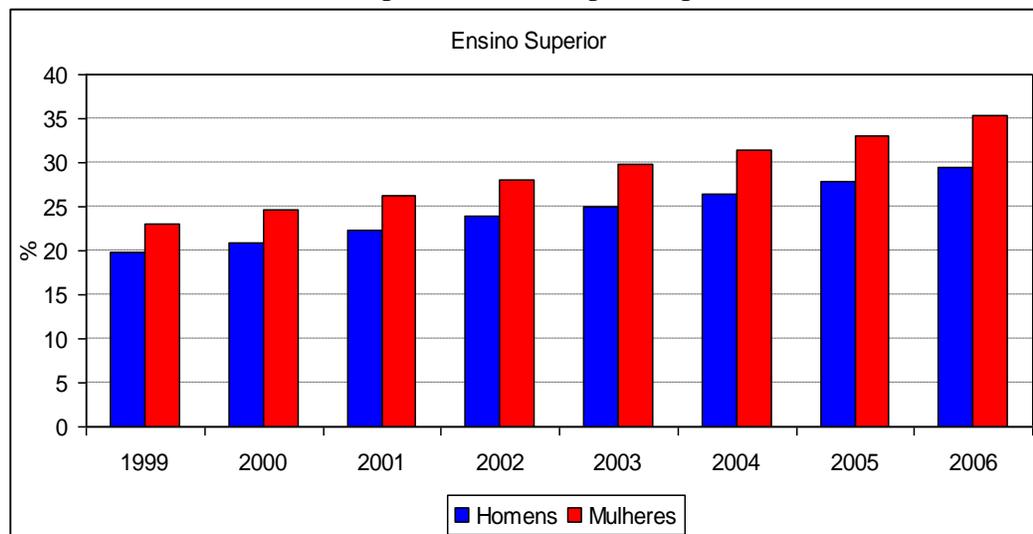


Fonte: CEPALSTAT, 2010. Bases de datos y publicaciones estadísticas. <http://www.cepal.org/oig/>

O gráfico 9 mostra a taxa de matrícula do ensino superior para a América Latina e Caribe, no período 1999 a 2006. Nota-se que as mulheres possuem taxas de matrículas mais elevadas e que a diferença a favor das mulheres também se ampliou durante o período. Considerando que o ensino superior abre maiores oportunidades de empregos de qualidade, estamos diante de uma desigualdade reversa de gênero, que favorece as mulheres e que está se ampliando na região. Uma

questão a saber é até quando este hiato irá se ampliar e quais as políticas que podem ser tomadas para incentivar a inserção dos homens latinoamericanos nas universidades, pois homens sem empregos decentes e fora da escola são matérias-primas para a violência.

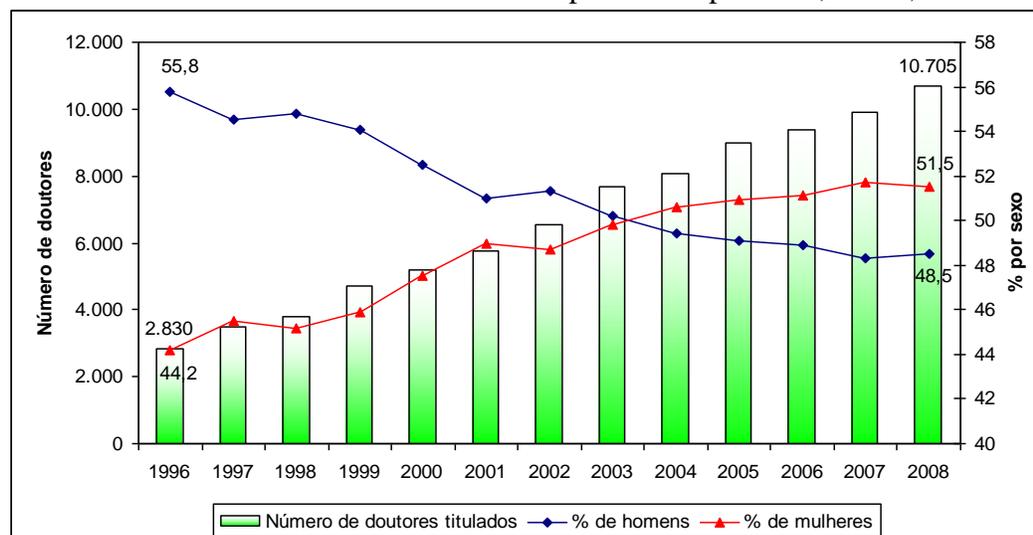
Gráfico 9: Taxa de matrícula para o ensino superior, por sexo, ALC: 1999-2006



Fonte: CEPALSTAT, 2010. Bases de datos y publicaciones estadísticas. <http://www.cepal.org/oig/>

O processo de reversão do hiato de gênero na educação começou com a entrada maciça no ensino fundamental, prosseguiu com a maior presença feminina no ensino fundamental e avançou com a ocupação crescente das vagas do ensino superior. Mas, evidentemente, o processo não para por aí. Com o maior número de mulheres com diploma superior, aumenta a competitividade feminina nos cursos de pós-graduação. O gráfico 10 mostra o número de doutores titulados no Brasil entre 1996 e 2008.

Gráfico 10: Número de doutores titulados e percentual por sexo, Brasil, 1996-2008



Fonte: CGEE. “Doutores 2010: estudo da demografia da base técnico-científica brasileira” <http://www.cgge.org.br/atividades/redirect.php?idProduto=6401>

O Brasil é o país com a pós-graduação mais forte da América Latina, tendo formado 2.830 doutores, em 1996, e passando a titular 10.705 doutores, em 2008. As mulheres representavam 44,2% dos titulados em 1996 e ultrapassaram os homens a partir de 2004, chegando a formar 51,5% dos titulados, em 2008. Esta desigualdade reversa também está se ampliando. Tudo indica que o caso brasileiro não é uma exceção na América Latina.

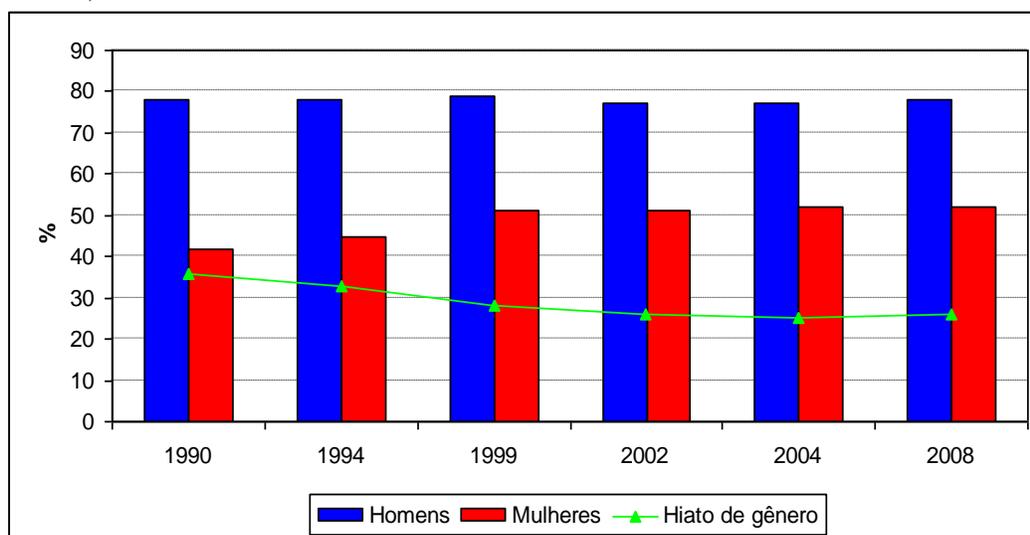
Os indicadores quantitativos da educação na ALC mostram que as metas da CIPD do Cairo e dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) não só foram alcançadas como foram ultrapassadas e as mulheres das gerações mais jovens aumentam, dia-a-dia, suas vantagens em relação aos homens em todos os níveis de ensino.

AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NA ALC

A crescente inserção das mulheres nas atividades do mercado de trabalho é uma das características do processo de desenvolvimento econômico na América Latina e Caribe. A urbanização, o crescimento dos níveis educacionais, a queda da fecundidade e o trabalho extra-doméstico das mulheres são tendências que se reforçam mutuamente.

O gráfico 11 mostra que as taxas de atividade masculinas ficaram estáveis na ALC entre 1990 e 2008. No mesmo período, as taxas de atividades femininas passaram de cerca de 40%, em 1990, para mais de 50%, em 2008. A linha mostra a redução do hiato de gênero.

Gráfico 11: Taxa de Atividade da População Economicamente Ativa (PEA), por sexo, América Latina, 1990-2008



Fonte: CEPAL, Objetivos de Desarrollo del Milenio, 2010, julho de 2010. Capítulo 5.

<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/39991/2010-495-ODM-CapituloV.pdf>

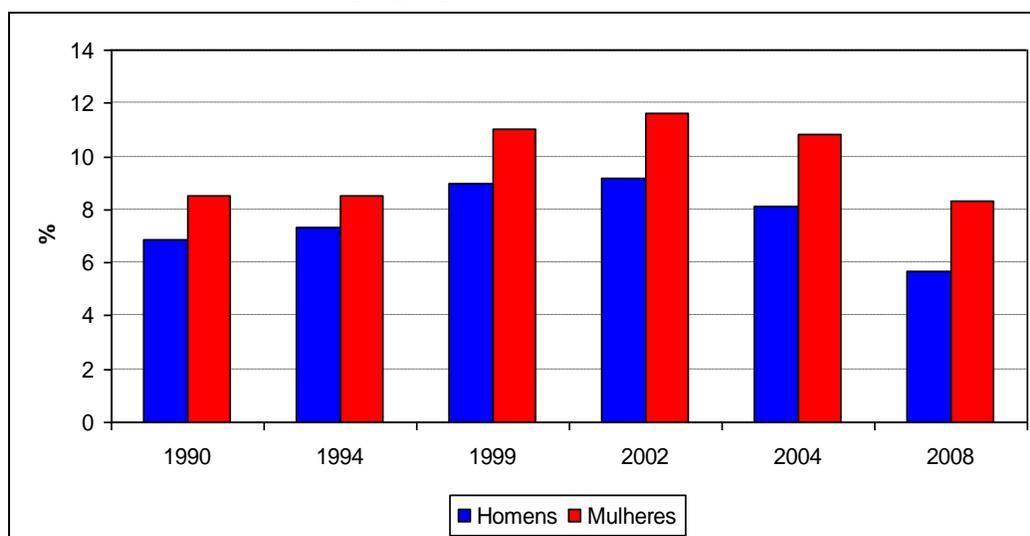
Embora exista uma tendência de longo prazo rumo à paridade nas taxas de participação, para ambos os sexos, ainda existem vários obstáculos que impedem a participação feminina, tanto pelo lado da demanda, quanto da oferta. Processos de segregação ocupacional e discriminação salarial são marcadores de discriminação que limitam a participação feminina nas atividades produtivas.

Por outro lado, a sobrecarga dos afazeres domésticos e das atividades da economia do cuidado aumentam os encargos femininos no âmbito da família e diminuem a capacidade de oferta da força de trabalho das mulheres no mercado de trabalho. Portanto, existem restrições que precisam ser superadas para se atingir maior equidade de gênero nas atividades produtivas e reprodutivas.

Uma das restrições para a maior inserção feminina no mercado de trabalho são as maiores taxas de desemprego para a população feminina prevaletentes na região. O gráfico 12 mostra que o desemprego, para ambos os sexos, aumentou de 1990 até 2002. O lado positivo é que o desemprego caiu e atingiu o nível mais baixo dos últimos 20 anos no final da primeira década do século XXI. Durante todo o período as taxas de desemprego das mulheres foram sempre superiores às taxas masculinas.

Dados complementares mostram que o desemprego atinge principalmente as mulheres jovens e residentes em áreas urbanas. A retomada do crescimento econômico na região, a partir de 2010, pode reduzir ainda mais as desigualdades de gênero no mercado de trabalho da ALC, mas requer políticas ativas por parte do Estado para elevar a oferta e eliminar as restrições na demanda do trabalho feminino.

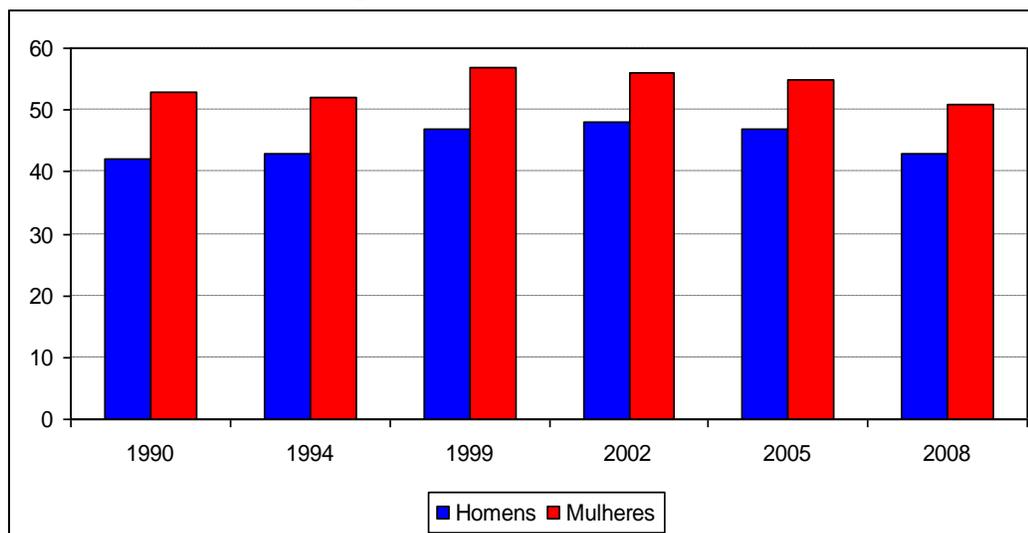
Gráfico 12: Taxa de desemprego, por sexo, América Latina, 1990-2008



Fonte: CEPAL, Objetivos de Desarrollo del Milenio, 2010, julho de 2010. Capítulo 5.
<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/39991/2010-495-ODM-CapituloV.pdf>

Outra restrição à inserção feminina no mercado de trabalho decorre do alto grau de informalidade das atividades urbanas na ALC. O gráfico 13 mostra que cerca da metade da população economicamente ativa urbana está ocupada em atividades de baixa produtividade. A precaridade do trabalho estava aumentando até 2002 e começou a cair a partir desta data. Durante todo o período, as mulheres apresentaram taxas mais elevadas de trabalho precário, mostrando que as desigualdades de gênero se manifestam em todos os aspectos das atividades produtivas.

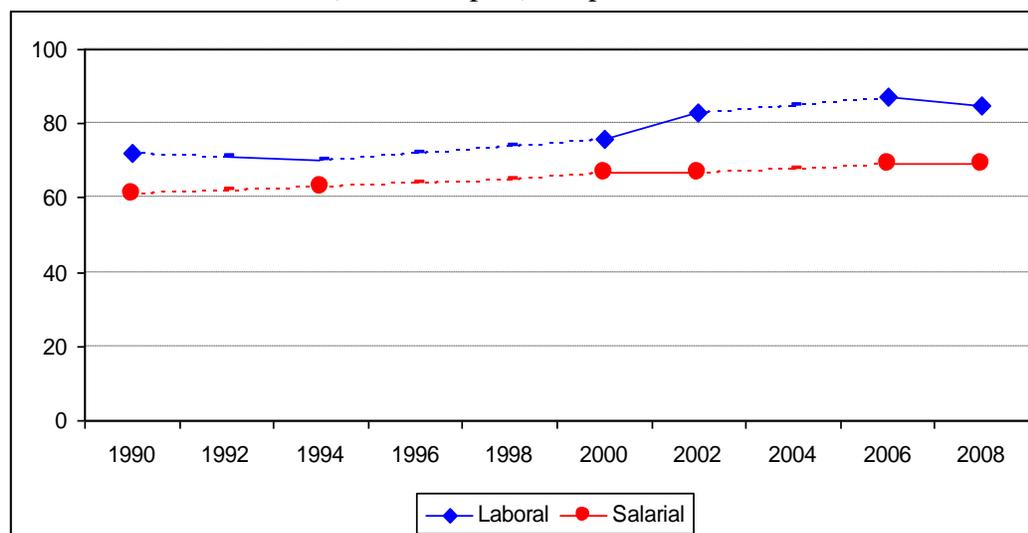
Gráfico 13: População urbana ocupada em atividades de baixa produtividade, por sexo América Latina (média simples), 1990-2008



Fonte: CEPAL, Objetivos de Desarrollo del Milenio, 2010, julho de 2010. Capítulo 5.
<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/39991/2010-495-ODM-CapituloV.pdf>

A retomada recente da economia, entre 2004 e 2008, permitiu que a informalidade do trabalho feminino chegasse ao ponto mais baixo, embora ainda represente 50%, mostrando que muito ainda falta ser feito para se atingir a meta do ODM: “pleno emprego e trabalho decente”. Na atual década houve também uma redução do hiato de gênero da renda laboral e salarial, como mostra o gráfico 14. Esta redução foi propiciada, por um lado, devido ao crescimento das taxas de atividade feminina em um contexto de crescimento da escolaridade das mulheres e, por outro, devido a redução das taxas de desemprego e de informalidade.

Gráfico 14: Renda média laboral e salarial das mulheres comparada com a dos homens – Zonas Urbanas América Latina (média simples), 11 países, 1990-2008

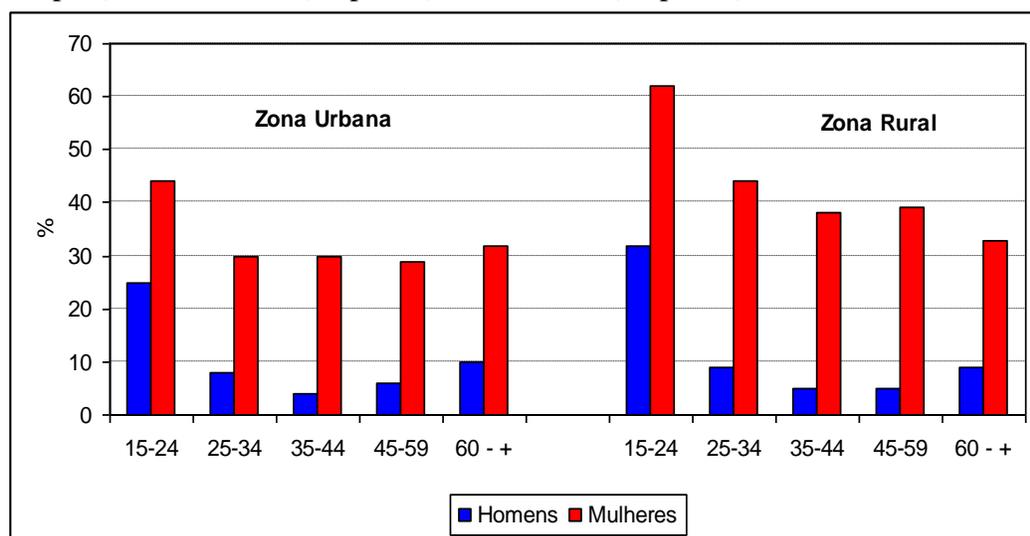


Fonte: CEPAL, Objetivos de Desarrollo del Milenio, 2010, julho de 2010. Capítulo 5.
<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/39991/2010-495-ODM-CapituloV.pdf>

Sem dúvida, existe um quadro de redução das desigualdades de gênero e de avanço no status da mulher no mercado de trabalho na América Latina. Embora os avanços aconteçam de forma contínua, o ritmo de melhoria é lento. Algumas parcelas das mulheres apresentam avanços mais rápidos e outras parcelas permanecem em condições desfavoráveis. Há que se destacar que as diferenças salariais tem diminuído nas gerações mais jovens. Neste sentido, seria importante mostrar como o hiato salarial e de rendimento é diferenciado de acordo com o corte geracional, mas foge ao escopo deste texto.

O gráfico 15 mostra que existe uma parcela significativa da população latinoamericana que não tem acesso a rendimento próprio, sendo que a falta de renda própria é mais comum entre as mulheres, as áreas rurais e a juventude. Mais de 60% das mulheres de 15 a 24 anos, no meio rural, não possuíam rendimento próprio, enquanto o percentual de homens com 35 a 44 anos é de apenas 4% no meio urbano e 5% no meio rural. Em geral, o meio urbano apresenta maiores oportunidades ocupacionais e salariais para as mulheres.

Gráfico 15: População sem rendimento próprio, por grupos de idade América Latina (média simples), Zona urbana (15 países) e Zona rural (14 países), ao redor de 2008

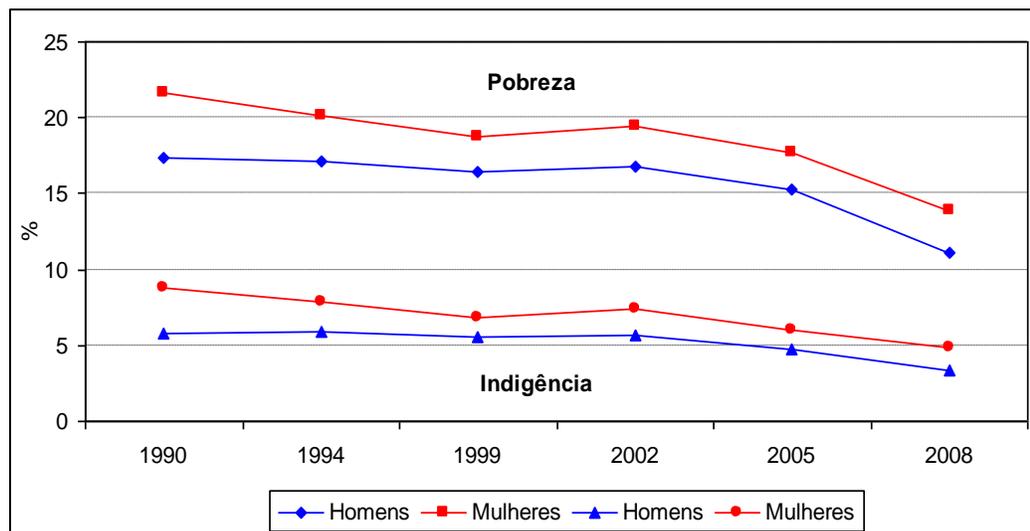


Fonte: CEPAL, Objetivos de Desarrollo del Milenio, 2010, julho de 2010. Capítulo 5.
<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/39991/2010-495-ODM-CapituloV.pdf>

A maior proporção de mulheres sem rendimento próprio acontece devido ao maior envolvimento destas mulheres com as tarefas domésticas não remuneradas da economia do cuidado. A divisão sexual do trabalho mantém uma grande proporção de mulheres em ocupações sem remuneração, como cuidadoras, enquanto os homens são levados às tarefas remuneradas e a assumir o papel de provedores.

Os menores rendimentos das mulheres que participam da PEA e a alta proporção de mulheres sem rendimento faz com que o sexo feminino tenha taxas de pobreza e indigência acima das masculinas, conforme mostra o gráfico 16. O lado positivo é que a pobreza e a indigência apresentam uma tendência de queda na América Latina, desde 1990, mas com aceleração do declínio a partir de 2002.

Gráfico 16: Hiato de pobreza e de indigência, por sexo, América Latina (média simples), 1990-2008



Fonte: CEPAL, Objetivos de Desarrollo del Milenio, 2010, julho de 2010. Capítulo 5. <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/39991/2010-495-ODM-CapituloV.pdf>

POLÍTICAS DE EMPREGO E A ECONOMIA DO CUIDADO

O emprego é um direito estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. A meta 1B dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecida pela comunidade internacional, coloca como objetivo dos países: “Alcançar o emprego pleno produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens”. Assim, as políticas macroeconômicas deveriam manejar os instrumentos fiscais, monetários e cambiais para criar empregos para toda a população em idade economicamente ativa. Pessoas sem emprego são pessoas sem direitos. Países sem pleno emprego são países que desperdiçam o seu potencial produtivo, assim como o seu potencial de bem-estar.

As mulheres são as que mais sofrem com a falta de emprego, com o desemprego e o subemprego. Mulheres sem oportunidades de emprego são cidadãs sem direito. No entanto, existe uma divisão sexual do trabalho que estabeleceu, historicamente, que cabe ao homem ser provedor da renda domiciliar e à mulher ser a provedora do cuidado na família. Em parte, isto tem mudado, pois cada vez mais mulheres passaram a ser provedoras de renda. Porém, um percentual pequeno dos homens assumiu as tarefas do cuidado, cabendo às mulheres o duplo encargo dos trabalhos fora e dentro do domicílio, ou seja, no âmbito do mercado e no espaço do privado.

Existe, portanto, uma relação entre a disponibilidade de pessoas e de tempo para a inserção no mercado de trabalho e as obrigações do cuidado com as tarefas da reprodução social. Em geral, as mulheres são sobrecarregadas com os afazeres da reprodução, enquanto os homens possuem maior disponibilidade para as atividades da produção. Como a dinâmica econômica favorece mais o desenvolvimento das forças produtivas do mercado, os ganhos da inserção produtiva são maiores do que os ganhos no âmbito reprodutivo.

Quanto maior o peso das atividades domésticas, menor é a disponibilidade de tempo que as mulheres podem ofertar ao mercado de trabalho remunerado. Por exemplo, famílias com muitos filhos pequenos exigem maior presença feminina no cuidado de seus membros, o que, em uma enviesada divisão sexual do trabalho, limita o potencial produtivo das mulheres. As questões que se colocam, em termos de políticas públicas e de redivisão sexual do trabalho, são como liberar as mulheres para o exercício do seu direito ao emprego remunerado, como comprometer os homens com a economia do cuidado e como o Estado pode fornecer os instrumentos para a redução da distância entre a produção e a reprodução social.

Porém, os direitos das mulheres encontram barreiras para sua efetivação no mercado de trabalho. A segregação ocupacional e a discriminação salarial limitam a participação feminina no mercado de trabalho e contribuem para a permanência de desigualdades de gênero na população economicamente ativa. Nas últimas décadas, as mulheres têm superado obstáculos e obtido avanços ocupacionais e salariais. Mas a existência de barreiras formais e informais na economia de mercado, combinado com a sobrecarga de obrigações na economia do cuidado, faz com que as taxas de atividades femininas no mercado de trabalho sejam bem menores do que as do sexo masculino.

A economia do cuidado envolve a criação dos filhos, a guarda das crianças, a atenção com os parentes idosos ou com necessidades especiais, as atividades de educação, saúde e dos afazeres domésticos, assim como a convivência das pessoas que cuidam umas das outras e do ambiente natural. No entanto, da economia do cuidado depende toda a reprodução humana e, portanto, a própria existência da produção e do mercado.

Segundo o informe da CEPAL, “Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade?” a conciliação entre a vida profissional e familiar baseada na redistribuição das tarefas de cuidado entre o Estado, o mercado e as famílias continua a ser o ponto cego das políticas públicas da América Latina e do Caribe. Existe um lapso entre as obrigações legais para com o cuidado de ambos os cônjuges em relação com seus descendentes e ascendentes e as normas, os serviços, a infraestrutura e as provisões disponíveis para sua realização. Nesta situação, as desigualdades de gênero são evidentes. Segundo Alicia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, na apresentação do documento, não será possível conseguir igualdade de trabalho para as mulheres enquanto não for resolvida a carga de trabalho não remunerado e de cuidados que recai historicamente sobre elas:

“A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho em iguais condições que as dos homens requer uma análise e uma mudança estratégica da função social e simbólica estabelecida na sociedade. Isto implica, por uma parte, redistribuir a carga de trabalho não remunerada associada à reprodução e ao sustento da vida humana e, por outra, desmontar o sistema de poder que subjuga as vida livre de violência, o direito de decidir plenamente sobre a reprodução e suas condições), como na dimensão pública (a representação equitativa nos níveis de tomada de decisões da sociedade)” (Cepal, pp. 7/8).

A entrada da mulher no mercado de trabalho, conjugado ao fato de o trabalho não remunerado realizado nos domicílios ser, fundamentalmente, uma atividade feminina, implica que o tempo total de trabalho (remunerado e não remunerado) seja maior para as mulheres do que para os homens. Embora o número absoluto de horas que mulheres e homens dedicam ao trabalho

doméstico não remunerado e ao trabalho remunerado apresentem grande variação de país a país, se observam duas tendências fundamentais:

“i) em todos os casos, o tempo de trabalho total é maior para as mulheres que para os homens e ii) em todos os casos, as mulheres são as que dedicam a maior parte de seu tempo ao trabalho não remunerado” (Cepal, p. 30).

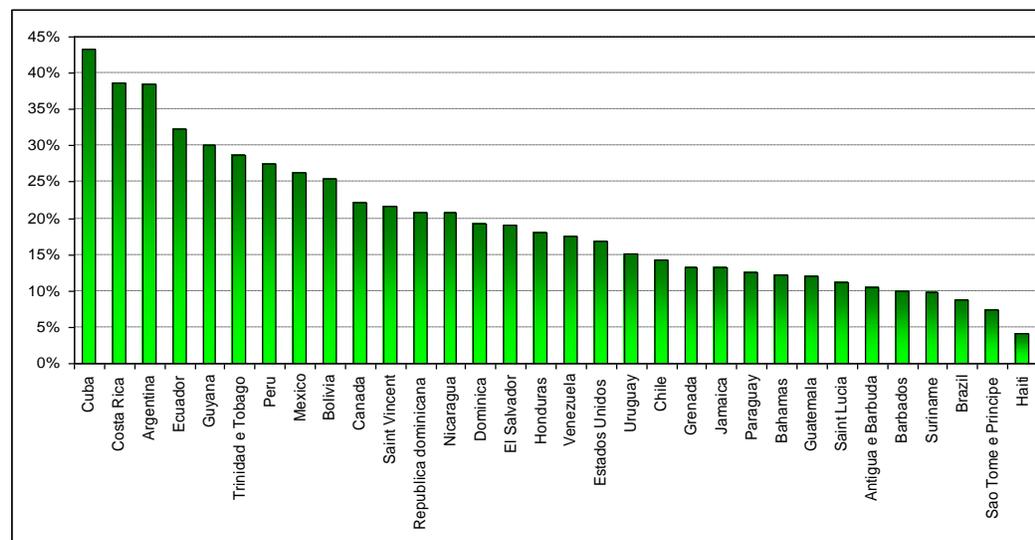
Desta forma, existe a necessidade de articulação entre as esferas da produção e da reprodução e do sistema de emprego e o cuidado das famílias e indivíduos. Na perspectiva da titularidade dos direitos, as políticas públicas devem garantir o acesso ao emprego, ao mesmo tempo em que provê serviços públicos para aqueles que dão e recebem cuidados.

Criar políticas para conciliar trabalho e família, envolvendo homens e mulheres, é fundamental para articular as tarefas de produção e reprodução, o que influi nas taxas de fecundidade. Mulheres com muitos filhos necessitam de creches e de pré-escola para que elas e seus cônjuges possam entrar no mercado de trabalho. Mulheres que possuem carreira profissional bem sucedida, com poucos filhos e com fecundidade abaixo da desejada, necessitam de políticas de flexibilização da jornada de trabalho e de incentivos para conseguir realizar a fecundidade desejada. Este seria um tema importante para atualizar o Plano de Ação da CIPD do Cairo, pois entre as mulheres com maior nível educacional, existe o fenômeno da “fecundidade indesejada por falta” (Alves, 2009).

O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NA POLÍTICA

O gráfico 17 mostra o percentual de mulheres no parlamento (Lower or single House) na maioria dos países do continente americano. Nota-se uma grande variação, mas com Cuba, Costa Rica, Argentina, Equador e Guayana apresentando percentagens com 30% ou mais de deputadas.

Gráfico 17: Percentual de Mulheres no Parlamento (Lower or single House), continente americano, 31/07/2010



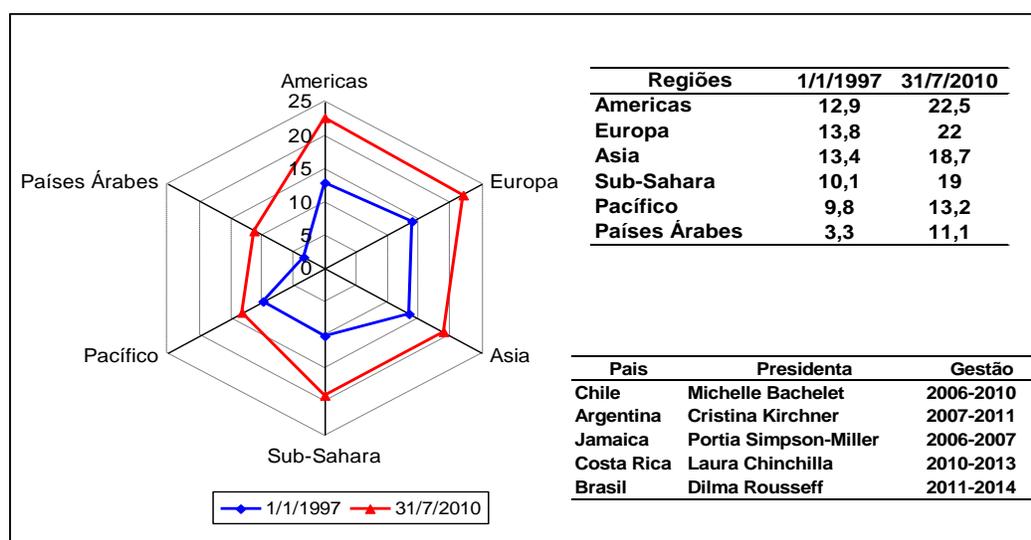
Fonte: IPU - Inter-Parliamentary Union. Situação em 31 de julho de 2010

<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/world010197.htm>

Nestes cinco países as mulheres possuem taxas de participação na política institucional bem acima do Canadá, com 22,1%, e Estados Unidos, com 16,8%. Por outro lado, Haiti, São Tomé e Príncipe e Brasil (além da Colômbia) apresentavam taxas abaixo de 10%.

O gráfico (com tabelas) 18 mostra que o continente americano foi o que apresentou o maior avanço da participação feminina no parlamento desde a IV Conferência da Mulher, em Beijing, que propôs a aplicação de políticas de cotas para reduzir o déficit democrático de gênero. Em 01 de janeiro de 1997 as mulheres das Américas ocupavam 12,9% da Câmara de Deputados (ou instituição equivalente) e passaram para 22,5%, em 31 de julho de 2010, à frente das mulheres da Europa que tinham uma percentagem de 22% na mesma data.

Gráfico 18: Percentual de Mulheres no Parlamento (Lower or single House), regiões do mundo, 1997-2010 e mulheres chefes de governo na América Latina



Fonte: IPU - Inter-Parliamentary Union. Visitado em setembro de 2010

<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/world010197.htm>

Além disto, nesta primeira década do século XXI, a América Latina tem conseguido eleger mulheres para o cargo máximo do Executivo. Michelle Bachelet foi eleita presidente do Chile para a gestão 2006-2010, Cristina Kirchner para a presidência da Argentina (2007-2011), Portia Simpson-Miller para primeira-ministra da Jamaica (2006-2007), Laura Chinchilla para a presidência da Costa Rica (2010-2013) e existe grande possibilidade de Dilma Rouseff ser eleita presidenta do Brasil (2011-2014).

Evidentemente, a participação feminina na política na América Latina está longe de alcançar a paridade de gênero na representação política (participação meio a meio para ambos os sexos), conforme proposta da X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, ocorrida em Quito, de 17 as 20 de agosto de 2007. Contudo, a ALC (e a América como um todo) está à frente dos outros continentes no índice de participação política por gênero. O fato da região ter avançado na construção de regimes democráticos, contar com um superávit de mulheres na população e contar com mulheres com níveis de educação cada vez maiores pode explicar, pelo menos em parte, o avanço feminino nos cargos de representação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal lição que pode ser apreendida dos dados analisados neste texto é que as desigualdades de gênero não são unidirecionais. Ou seja, as mulheres não estão sempre em desvantagem em relação ao sexo oposto. Em algumas áreas as mulheres estão em vantagem em relação aos homens, como nos casos dos indicadores de esperança de vida ao nascer e de educação.

Em 1950 as mulheres da América Latina e Caribe já possuíam esperança de vida ao nascer superior a dos homens. Mas esta diferença se ampliou nos últimos 60 anos. Naquela época, na educação, as mulheres da ALC tinham menores taxas de matrícula e menores anos médios de estudo. Em 2010, as mulheres superaram os homens em taxas de matrícula, em indicadores médios de escolaridade e em titulação de formandos nos diversos níveis de ensino. Neste caso, a desigualdade foi revertida. Portanto, na saúde e na educação existem desigualdades reversas de gênero na América Latina e Caribe.

Mas em outras áreas, como no mercado de trabalho e na política as desigualdades de gênero são favoráveis aos homens, embora estas desigualdades estejam se reduzindo nas últimas décadas. De modo geral, as mulheres têm apresentado uma inserção cada vez maior na população economicamente ativa, mas ainda continuam tendo maior presença nas atividades não remuneradas e nas atividades da economia do cuidado. A crescente participação feminina nas atividades públicas ainda não se fez presente em sua plenitude na representação política, embora a ALC seja uma a região com as maiores taxas de representação feminina na política.

Às desigualdades inter-genero se somam as desigualdades intra-gênero. Em uma região de grandes contrastes como a ALC, as condições sociais não diferem apenas entre homens e mulheres, mas também entre os homens e entre as mulheres. Isto quer dizer que existem parcelas das mulheres que possuem condições de vida, no geral, muito melhores do que diversas camadas da população masculina. Portanto, políticas para incentivar o empoderamento das mulheres, em abstrato, precisam tomar cuidado para não aprofundar as desigualdades entre as próprias mulheres. Por exemplo, políticas de cotas para aumentar a participação feminina na política podem reduzir as desigualdades de gênero, mas se as mulheres eleitas forem da mesma origem de classe (e até familiar) dos homens, então o resultado pode ser o aumento das desigualdades sociais intra-gênero.

Pela argumentação acima podemos dizer que não é eficiente se construir políticas para para reduzir as desigualdades de gênero, sem que se enfrente as desigualdades sociais como um todo. Mas é preciso combater as bases que sustentam a divisão social do trabalho de maneira articulada com a redução da desigualdade sexual do trabalho. Para que as mulheres avancem na busca de melhores condições de emprego e salário é preciso que os homens compartilhem de forma mais efetiva as tarefas da reprodução e da economia do cuidado.

Para tanto, as políticas públicas precisam articular ações integradas junto às instituições básicas da sociedade: o estado, o mercado e a família. A articulação das funções destas três instituições poderia garantir uma divisão social e sexual do trabalho mais equitativa do ponto de vista de gênero. As políticas de gênero precisam estar relacionadas com políticas de redução da pobreza e das desigualdades sociais. Porém, o sistema de proteção social da América Latina e Caribe foi construído de forma diferenciada no tempo e no espaço, pois o processo de modernização da

região foi marcado pela segmentação, alcance limitado e pela heterogeneidade. Nas últimas décadas, a possibilidade de um perfil universal e redistributivo das políticas sociais foi inviabilizado devido à predominância de modelos econômicos concentradores, regimes políticos centralizadores, autoritários ou populistas e baixa capacidade de influência política dos setores populares.

Recentemente, políticas de transferência de renda estabelecem que as mulheres tenham um papel central na promoção do bem-estar dos membros da família e na mobilidade intergeracional. Mas para que estas políticas apresentem resultados elas não podem reforçar o familismo, que significa a transferência para as famílias da maior parte da responsabilidade pelo bem-estar social dos seus membros. Esta situação faz com que a proteção social esteja organizada tendo como base as famílias e a mulher seja a cuidadora dos membros da família. O Estado é fundamental para viabilizar o processo de desfamiliarização e de mercantilização da força de trabalho.

Portanto, quando se fala em desfamiliarização não significa opor-se à família, mas sim à transferência de responsabilidades e ao tipo de arranjo familiar tradicional e hierarquizado, com forte desigualdade de gênero e geração. Desfamiliarizar a política de proteção social é evitar a transferência das responsabilidades de atenção, cuidado e bem-estar do âmbito público para o seio da família. A obrigação do Estado no provimento de políticas de educação, saúde e proteção social é fundamental para se garantir a superação da pobreza e a redução das desigualdades de gênero.

É neste contexto que as políticas recomendadas na CIPD do Cairo precisam ser atualizadas, para que os avanços ocorridos na região e a nova realidade que combina a permanência de velhas com novas desigualdades são o caminho para a integração de maneira articulada das relações de gênero e os desafios do desenvolvimento sustentado e sustentável.

A década 2010-2020 deve trazer novas oportunidades para a América Latina e o Caribe. Dados do FMI mostram que os países subdesenvolvidos e emergentes (cerca de 83% da população mundial) representavam apenas 38% do PIB mundial (em poder de paridade de compra – ppp), em 2000. Já em 2010, os países subdesenvolvidos representam 47% do PIB e devem ultrapassar 50% a partir de 2013. Isto é, no século XXI, os países em desenvolvimento estão apresentando maiores taxas de crescimento econômico. Nos dois últimos anos, os países industrializados passaram por severos surtos de instabilidade financeira. Assim com a Grécia, outros países avançados enfrentam problemas graves de dívida soberana e alto desemprego. Mas as economias emergentes, que no passado eram consideradas como as mais vulneráveis, provaram-se notavelmente resilientes.

Estas tendências são confirmadas pelo relatório "Perspectivas sobre o Desenvolvimento Mundial 2010 – Deslocamento da Riqueza", da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, cujos 30 países integrantes da OCDE representavam 62% do PIB mundial, no ano 2000. Já os países subdesenvolvidos, ou emergentes (não pertencentes à OCDE) passaram de 38% do PIB mundial, em 2000, para 49%, em 2010, e devem atingir 57% do PIB mundial, em 2030.

Ou seja, o centro de gravidade econômica do planeta tem caminhado em direção ao leste e ao sul do globo – isto é, dos países ricos que integram a OCDE para os países emergentes - fenômeno que o referido relatório chama de “deslocamento da riqueza”. Isto representa um processo de desocidentalização da economia internacional. Isto não significa que o Ocidente vá declinar em termos absolutos, mas significa uma perda relativa. Já os países não-ocidentais irão crescer em

termos absolutos e relativos. A novidade é que, a partir de 2012, a participação da economia dos países ocidentais deixará de ser superior a 50% do PIB mundial (em valores ppp). Evidentemente, Índia e, especialmente, a China são os países que mais crescem no mundo e contribuem para o aumento da demanda dos produtos dos demais países em desenvolvimento.

A própria mudança da "governança global" do G-8 para o G-20 já reflete um certo peso das principais economias "emergentes", como China, Índia, Indonésia, Brasil, África do Sul, etc. Mas ainda falta se atingir uma maior representatividade das economias emergentes no Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e instâncias de deliberação da ONU, como o Conselho de Segurança. A reunião do G-20, em novembro de 2010, deve elevar o poder de decisão dos países emergentes nas instâncias deliberativas do FMI.

Esta nova realidade internacional, com mudança nos termos de intercâmbio do comércio, abre novas perspectivas para a América Latina e o Caribe. Em um contexto de crescimento econômico com boas condições demográficas, a ALC tem a oportunidade de avançar com o processo redução da pobreza e das desigualdades regionais, de classe, de gênero, etc. A relação entre população e desenvolvimento tem caminhado para um outro patamar, 20 anos depois da CIPD do Cairo.

Uma agenda para o Pós-Cairo deveria considerar este cenário favorável e estabelecer metas mais avançadas para lidar com as desigualdades de gênero remanescentes, com as desigualdades reversas e com as desigualdade intra-gênero, ou seja, desigualdades entre mulheres e entre homens, em todos os seus recortes regionais, de geração, de cor/raça, etc. Antes que o processo de envelhecimento se manifeste em sua plenitude, a ALC precisa avançar na construção de um sistema de proteção social, na melhoria da qualidade de vida da população e na construção de relações de gênero mais equitativas.

Referências bibliográficas:

ALVES, J.E.D, CORREA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: ABEP, Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo, ABEP/UNFPA, Campinas, 2009. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/cairo15/Cairo15_3alvescorrea.pdf

ALVES, J.E.D. Fecundidade indesejada: por excesso e por falta. Aparte, IE/UFRJ, 01/02/2009.

http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fecundidade_indesejada_por_excesso_e_por_falta.pdf

CEPAL, Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade? XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, Brasília de 13 a 16 de julho de 2010

<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/40129/P40129.xml&xsl=/mujer/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>

CHACKIEL, Juan SCHKOLNIK, Susana. América Latina: los sectores rezagados en la transición de la fecundidad. In: CELADE/CEPAL, La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución? Santiago de Chile, 2004, pp: 51-74.

IMF. World Economic Outlook Database, October 2010. Disponível em:

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/02/weodata/weoselagr.aspx>

MARTINE, George. Relatório sobre a Situação da População Mundial: Desencadeando o Potencial do Crescimento Urbano, New York, UNFPA, 2007. Disponível em:

http://www.unfpa.org.br/pcp_publicacoes.htm

NAÇÕES UNIDAS. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), do Cairo, Egito, 5 a 13 de setembro de 1994

http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/eventos_internacionais/onu/Relat%C3%B3rio%20Cairo.pdf

OECD. Perspectives on Global Development: Shifting Wealth, June de 2010.

http://www.oecd.org/document/12/0,3343,en_2649_33959_45467980_1_1_1_1,00.html

WEF. World Economic Forum. The Global Gender Gap Index (GGGI) 2009. Switzerland, 2009.

<http://www.weforum.org/en/Communities/Women%20Leaders%20and%20Gender%20Parity/GenderGapNetwork/index.htm>